

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.060 - PR (2019/0209078-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : M A
ADVOGADO : MADELEINE SÉRGEA SOUZA - PR049501
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, com fundamento nas Súmulas 83 e 7/STJ.

Nas razões do especial, aponta a defesa violação dos arts. 564 do CPP; 18, I e 21, ambos do CP, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta que o recorrente foi ouvido em sede policial sem que tenha sido cientificado acerca de seus direitos constitucionais, o que enseja nulidade do feito. Aduz que não tinha conhecimento acerca da necessidade de regularização de sua arma, não podendo ser presumido o elemento subjetivo de sua conduta.

Requer, assim, o provimento do recurso especial, a fim de que seja absolvido o recorrente.

Apresentada a contraminuta, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo desprovimento do agravo.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso é tempestivo e ataca os fundamentos da decisão agravada. Passo, portanto, à análise do mérito.

Acerca da nulidade decorrente da ausência de cientificação sobre as garantias constitucionais quando da oitiva do ora recorrente em sede inquisitorial, colhe-se do voto condutor do aresto impugnado (fl. 459):

O acusado em tela pugnou pela nulidade absoluta do processo, preliminarmente, sob argumento de cerceamento de defesa, ante a falta de interrogatório na fase inquisitorial, porquanto ouvido na condição de declarante (mov. 1.27), sem razão, vejamos.

Tal ponderação não merece acolhimento, pois em decorrência de sua essência, tão somente informativa, não está respaldado nos preceitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório, não possuindo capacidade para anular a instrução processual. Principalmente porque o magistrado colheu provas em juízo, as quais serviram de fundamentos para a r. sentença, e que foram colhidas de acordo com os pressupostos constitucionais supostamente afrontados.

Acerca do tema, bem ponderou a Procuradora de Justiça que indicou, "Assim, é que, ainda que o apelante não fosse ouvido na fase extrajudicial, sequer na qualidade de declarante, como ocorre no presente caso, extrai-se

Superior Tribunal de Justiça

que a alegação de nulidade processual absoluta se mostra descabida e não comporta acolhimento."

[...]

O entendimento esposado pelo Tribunal de origem se encontra em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual em inquérito policial não subsistem as garantias do contraditório e ampla defesa, pois se trata de peça meramente informativa. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA NA VIA ESTREITA DO WRIT. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OITIVA DO ACUSADO NO INQUÉRITO POLICIAL. PROCEDIMENTO MERAMENTE INFORMATIVO. DISPENSABILIDADE DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Orienta-se a jurisprudência no sentido de que o trancamento da ação penal é medida de exceção, possível somente quando inequívoca a inépcia da denúncia e a ausência de justa causa, o que não se verifica na hipótese.

2. A denúncia descreve, de forma suficiente, que o recorrente teria ofendido a integridade física dos policiais militares e incitado os participantes da rebelião a atirarem pedras, paus e objetos contra referidos militantes, bem como a causarem incêndio nas respectivas viaturas policiais e em edifício público, apontando os dispositivos legais violados.

3. O Tribunal a quo reconheceu que há indícios de que o recorrente é autor dos fatos delituosos, em consonância com os elementos do inquérito, de modo que, infirmar a conclusão da instância ordinária acerca da existência de elementos dos crimes atribuídos ao paciente envolve revolvimento probatório vedado na via do habeas corpus.

4. **É cediço que o inquérito policial é peça meramente informativa, de modo que o exercício do contraditório e da ampla defesa, garantias que tornam devido o processo legal, não subsistem no âmbito do procedimento administrativo inquisitorial** (RHC 57.812/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 22/10/2015).

5. **Possíveis nulidades ocorridas no inquérito policial em princípio não são aptas a macular o processo criminal, por se tratar de expediente meramente informativo, prescindível, inclusive, para o oferecimento da denúncia.** Precedentes.

6. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se dá provimento para conhecer do recurso ordinário e negar-lhe provimento.

(EDcl no RHC 51.523/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 29/08/2016)

Superior Tribunal de Justiça

No tocante à tese defensiva de ausência de comprovação do dolo do recorrente, o voto condutor do acórdão recorrido assim decidiu (fls. 462-464):

Já em análise de mérito, as alegações impostas pelo réu também não merecem acolhimento, porquanto materialidade e autoria se confirmam pelas informações abaixo elencadas.

O réu foi condenado pela posse irregular de arma de fogo de uso permitido, conforme prevê o artigo 14 da Lei 10.826/2003.

A materialidade do delito confirma-se por meio do auto de prisão em flagrante (mov. 1.3 e seguintes), auto de exibição e apreensão (mov. 1.12), auto de exame de arma de fogo (mov. 1.13) e demais provas produzidas em juízo.

A autoria restou consignada através das informações colhidas em juízo, veja-se:

O réu Maximiliano Agostini, mencionou que a espingarda, em questão, era de propriedade de seu pai, e que a repassou para seu empregado, autorizando que a levasse para sua casa, não sabendo precisar quando o fez (Solemar). Detalhou desconhecer acerca da necessidade de registro da arma, e sobre o cartucho que foi apreendido conjuntamente. esfera, sobre as aves, ponderou que o acusado Solemar cuidava bem dos papagaios.

O outro apelante, Sr. Solemar Gartner, quando interrogado sobre a arma de fogo apreendida, informou que a mesma era de propriedade do dono da casa, e que ela estava lá por motivos de segurança. No tocante às aves apreendidas, disse que não possuía autorização, mas cuidava bem delas e já as possuía há mais de 2 (dois) anos.

A testemunha Paulo Egídio Agustini, (mov. 139.4), "Afirmou ser filho do réu Maximiliano e a arma encontrada na residência do réu Solemar era uma arma de fogo antiga, a qual era de propriedade do meu avô e ficava guardada em um depósito na chácara do meu pai. Que o réu Solemar pediu a arma para o meu pai e o mesmo deu para ele. Que os papagaios encontrados na chácara eram de propriedade do Solemar, sendo que meu pai nunca teve aves em cativeiro."

[...]

Assim sendo, perante as circunstâncias, restam presentes todos os elementos do tipo penal imputado ao réu na inicial, tratando-se de crime comum, tendo a arma em questão condições de disparo (mov. 1.13). Além do que, houve confissão do apelante sobre ceder a arma ao Sr. Solemar, desobediente as ordens legais.

O réu em suas razões recursais pleiteou pela desclassificação do delito a ele imputado de porte ilegal de arma para posse ilegal de arma, sob alegação de ausência de justa causa, inexistência do elemento subjetivo do tipo, ausência de potencialidade lesiva, o que não faz merecimento.

Pelos fatos já expostos, restou evidente que o apelante cometeu exatamente a ação do tipo penal descrito no artigo 14 da Lei 10826/2003, porquanto cedeu a espingarda ao Sr. Solemar, com consciência sobre a sua funcionalidade e ilicitude.

Como se vê, a condenação do recorrente pelo delito de porte ilegal de

Superior Tribunal de Justiça

arma de fogo de uso permitido se encontra devidamente fundamentada na prova produzida nos autos, sendo que a pretendida desconstituição das premissas fáticas assentadas no acórdão recorrido, de sorte a absolvê-lo, encontra óbice na Súmula 7/STJ. A propósito:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONDENAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS. MOTIVAÇÃO VÁLIDA. CONTINUIDADE DELITIVA. FRAÇÃO ADEQUADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Para entender-se pela absolvição do recorrente, seria necessário o revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos, providência que, conforme cediço, é incabível na via do recurso especial, consoante o enunciado na Súmula n. 7 do STJ.

[...]

4. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 1275114/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 03/09/2018),

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator